10/05/2008

Exclusão e Inclusão Social

Simon Schwartzman

Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

Conceitos

O termo "exclusão social" é usado para descrever a situação de pessoas que, por diferentes motivos, não participam como seria desejável da vida social. Existem diferentes formas pelas quais esta exclusão pode ocorrer, entre as quais:

- falta de recursos materiais que lhes permitam ter acesso aos bens de consumo considerados minimamente necessário para uma vida digna.
- Falta ou baixos níveis de educação, que dificultam o entendimento e a participação na vida social
- Desemprego
- Discriminação e falta de direitos políticos e sociais, como o direito de votar, ser eleito para cargos públicos, ou não ter acesso a benefícios sociais. Esta situação pode afetar a grupos étnicos, religiosos, castas ou de diferentes nacionalidades dentro de um país
- Limitações físicas e mentais que impedem a participação plena das pessoas na vida social
- Pessoas que se sentem marginalizadas, que rechaçam ou não confiam nas instituições da sociedade

Estas diferentes dimensões de exclusão podem ocorrer juntas ou de forma separada. Assim, pessoas pobres com baixa educação tem dificuldades em conseguir trabalho. O desemprego pode estar associado, também, à idade das pessoas, problema que afeta mesmo os que têm mais educação. O sentimento de marginalização muitas vezes está associado a situações de pobreza, mas pode também estar associado a outros fatores – por exemplo, jovens que rechaçam as instituições e os valores da cultura tradicional.

Minorias étnicas e religiosas podem viver situações de exclusão e, ao mesmo tempo, ter altos níveis educacionais e de renda.

A questão da exclusão se torna ainda mais complexa porque as sociedades modernas não são homogêneas, e as pessoas podem se sentir incluídas em determinados ambientes e excluídas de outros. Assim, pessoas que vivem em pequenas cidades podem se sentir fortemente incluídas na comunidade local, mas alienadas e sem identificação com a sociedade mais ampla. As ciências sociais distinguem hoje entre *vínculos fortes,* como por exemplo os que vinculam as pessoas a suas famílias ou comunidades religiosas, e *vínculos fracos,* como as que vinculam as pessoas ao mercado de trabalho ou ao sistema escolar[1]. Estes dois tipos de vínculos muitas vezes ocorrem um em oposição ao outro. Assim, pessoas que se sentem discriminada socialmente podem se vincular fortemente a sua família ou a determinado grupo social, e se manter isolada da sociedade mais ampla. A máfia italiana, organizada em famílias, e as quadrilhas de jovens e criminosos que existem em muitas das grandes cidades das Américas são exemplos disto.

O conceito de *coesão social* procura dar conta desta situação, buscando entender não somente a relação dos indivíduos com a sociedade, mas de grupos e setores sociais entre si. Uma sociedade cortada por fortes divisões de classe, religião, raça ou renda, com os diferentes setores se hostilizando, é uma sociedade de baixa coesão social, embora as pessoas possam se sentir fortemente vinculados a seus respectivos grupos e setores. Não se espera que nas sociedades modernas todos compartam os mesmos valores, mas, em uma sociedade coesa, os diferentes grupos e setores compartem regras comuns de convivência, e as barreiras entre os diferentes grupos e setores não são intransponíveis.

O termo "inclusão social" costuma se referir às políticas que visam resolver problemas de exclusão em seus diferentes aspectos: políticas de renda, de educação, de atendimento a determinados grupos e segmentos sociais, e outras formas de ação afirmativa.

Exclusão, inclusão e coesão social são *conceitos empíricos,* que descrevem aspectos da sociedade, mas são também *conceitos éticos e morais*, na medida em que se referem a coisas que podemos considerar como desejáveis. Assim, quase todos concordam que as pessoas não deveriam ser excluídas da sociedade, e que os diferentes grupos na sociedade deveriam poder coexistir sem estar em um estado constante de conflito. Existe menos acordo, no entanto, quanto ao grau de inclusão e

---

[1] Granovetter, Mark. 1985. "Economic action and social structure: the problem of embeddedness." *American Journal of Sociology* 91:481-510. Goyal, S. 2005. "Strong and Weak Links." *Journal of the European Economic Association* 3:608-616.

coesão que deveria existir em uma sociedade, assim como quanto às políticas que deveriam existir para corrigir os problemas de exclusão.

Em um extremo, estão as pessoas que gostariam que as sociedades fossem fortemente coesas em torno de um conjunto central de valores e instituições, enquanto que outros preferem que as sociedades sejam mais abertas e plurais. Aonde predominam fortes valores nacionais, raciais e religiosos, existe mais coesão entre os que participam destas sociedades, mas mais interferência das instituições públicas na vida privada das pessoas, e mais conflito e exclusão em relação aos que não participam ou não comungam com os mesmos valores. As sociedades democráticas, por outro lado, tendem a limitar os requisitos de inclusão à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das pessoas, e à valorização das instituições públicas que garantem a pluralidade e a liberdade dos indivíduos. Na política social, existem os que preferem ações fortemente interventoras, voltadas para atender às pessoas em todos os aspectos, e as políticas menos interventoras, que se limitam a proporcionar as condições mínimas para que pessoas possam escolher como preferem ou conseguem participar da vida social.

Diferentes tipos de exclusão precisam ser avaliados com dados diferentes. As estatísticas de emprego, educação e renda medem as formas mais evidentes de exclusão econômica e educacional. Pesquisas de opinião avaliam a percepção das pessoas sobre a sociedade em que vivem em diferentes aspectos. Dados relativos aos serviços básicos de educação e saúde avaliam a capacidade da sociedade em dar às pessoas os instrumentos fundamentais de participação na vida social. Dados sobre violência urbana são indicadores da convivência pacífica ou não entre as pessoas em uma sociedade. No Brasil, a principal fonte de dados sobre as condições de trabalho, educação e vivenda das pessoas é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo IBGE com uma amostra de cerca de 100 mil famílias.

O Informe do BID sobre os excluídos

Existem muitas publicações, disponíveis na Internet, que apresentam os dados e análises sobre problemas de exclusão e políticas de inclusão social em várias partes do mundo, e na América Latina em particular. Uma das mais recentes o informe de 2008 sobre o Progresso Econômico e Social da América Latina do Banco Interamericano de Desenvolvimento[2]. Apresentamos abaixo as principais conclusões deste informe, que questiona muitas das idéias convencionais que se costuma ter sobre o tema.

I – O que é a exclusão?

A exclusão é um processo dinâmico que interage com as transformações sociais, culturais, econômicas e políticas da sociedade.

Isto significa dizer que a exclusão não é a conseqüência de políticas econômicas equivocadas nem um fenômeno periférico que o crescimento e a modernização, sozinhos, vão eliminar. As diferentes formas de inclusão e exclusão que existem na região fazem parte de profundas transformações sociais, culturais políticas e econômicas que a democratização, a estabilização econômica e a integração à economia global estão trazendo aos paises da região.

A partir dos anos 80, a exclusão se tornou mais urbana e mais visível, dando origem a uma percepção cada vez maior da desvinculação e separação que afeta a amplos setores da população, e criam um terreno fértil para experimentos populistas que erodem as instituições econômicas, sociais e políticas da democracia.

A exclusão é um processo multidimensional, cujas múltiplas dimensões se encontram inter-relacionadas.

A privação material é um dos resultados mais visíveis da exclusão, mas é só um aspecto das carências que afetam aos excluídos. Quando existe a pobreza, existe também, quase sempre carências em relação ao acesso à justiça, à educação de boa qualidade, baixa participação política, maior exposição à violência, e outros. Estas carências reforçam umas às outras (por exemplo, quando viver em uma área de alta delinqüência dificulta o funcionamento de um pequeno negocio ou as chances de conseguir um emprego).

II - De onde vem a exclusão?

[2] Banco Interamericano del Desarrollo. 2007. *¿Los de afuera? Patrones cambiantes de exclusión en América Latina y el Caribe*. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo.

A exclusão não é só, nem principalmente, o resultado de discriminação e do preconceito, mas está relacionada a processos que afetam a grupos da população muito diversos, e que vão se transformando ao longo do tempo

Tradicionalmente, a exclusão sempre esteve associada a características muito fáceis de identificar nas pessoas, como a origem étnica, raça, o sexo e incapacidade física, que eram estigmatizadas e discriminadas por outros setores da população. As forças modernas de exclusão, de origem sobretudo econômica e social, estão afetando a muitos outros grupos, que não são mais definidos pelas *características* das pessoas (como sua identidade étnica ou racial) mas por *processos* (como o desemprego e falta de acesso à terra) que limitam seu acesso a instituições e recursos que normalmente são utilizados pelas pessoas que conseguem participar de forma mais plena da economia de mercado.

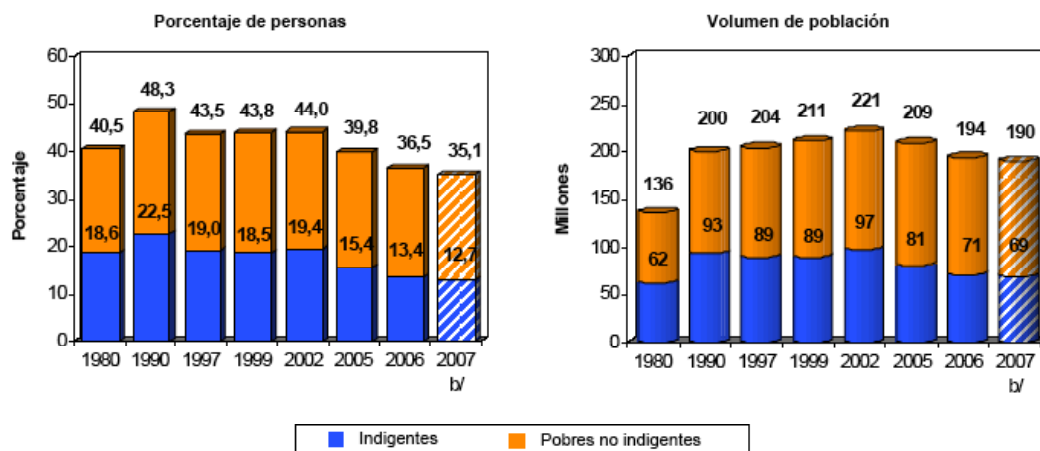
Mais do que a discriminação aberta, são as *condições contextuais* associadas a fatores como raça, origem étnica e gênero que explicam as diferenças de inclusão e exclusão social de determinados grupos. O mercado de trabalho, com baixos salários, empregos de má qualidade e altas exigências de qualificação educacional, é um dos lugares em a modernização e o desenvolvimento econômico podem estar criando novas formas de exclusão.

III – Qual é o tamanho do problema, na América Latina?

A região da América Latina registra a maior desigualdade na distribuição da renda do mundo. Segundo o informe, é muito difícil para as pessoas que se encontram nas posições inferiores da distribuição de renda melhorarem sua posição, ou a de seus filhos, independentemente de seu esforço e capacidade. Por outro lado, os poucos que estão situados nas posições mais altas correm pouco risco de perderem posição. Isto faz com que a desigualdades sociais se mantenham, enquanto não houver políticas específicas para alterá-las. Os dados da CEPAL mostram que os níveis de pobreza e indigência estão diminuindo, mas continuam altos[3].

[3] CEPAL. 2007. *Panorama Social de América Latina*. Santiago, Chile: CEPAL., p. 4. Para cada país, a CEPAL estima uma "linha de pobreza" que seria o mínimo montante de renda necessário para satisfazer as necessidades básicas das pessoas. A linha de indigência é a metade da linha de pobreza. Os cálculos para definir esta linha são bastante complexos, e estão descritos no documento. Diferentes autores e agências fazem diferentes estimativas. Alguns paises tem linhas de pobreza oficiais, definidas pelos governos, mas não Brasil, nem a maioria dos paises da região.

Gráfico 1

AMÉRICA LATINA: EVOLUCIÓN DE LA POBREZA Y DE LA INDIGENCIA, 1980 - 2007 a/

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.

a/ Estimación correspondiente a 18 países de la región más Haití. Las cifras colocadas sobre las secciones naranja de las barras representan el porcentaje y número total de personas pobres (indigentes más pobres no indigentes).

b/ Proyecciones.

IV - Quais são as conseqüências da exclusão?

Além de afetar diretamente as pessoas excluídas, pela pobreza e o isolamento, a exclusão reduz o capital social e o bem-estar de toda a população.

O "capital social" é a capacidade que têm as pessoas, em uma sociedade, de confiar umas nas outras, e cooperar para atingir objetivos de interesse comum. Existem muitos estudos que mostram que, sem confiança, as economias funcionam mal, orientadas para a busca de lucros fáceis e de curto prazo, mas sem capacidade de desenvolver projetos de longa duração, que exige a participação e cooperação de muitos, e um contexto político e institucional previsível. Quando as pessoas, em uma sociedade, estão muito distantes uma das outras, em termos de educação, renda, valores e atitudes, existe pouco espaço para a cooperação, e isto afeta não só os mais pobres, mas também as classes médias e ricas.

V - Como aumentar a inclusão, e reduzir a exclusão social?

Historicamente, os processos de inclusão são impulsionados por lideranças sociais e políticas ativas.

Existem muitos exemplos, como o do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos nos anos sessenta e a nova política econômica da Malásia nos anos 80, que mostram que a combinação de uma sociedade civil ativa e lideranças políticas motivadas por criar processos de inclusão que não surgiriam naturalmente e de forma automática pelo crescimento econômico e modernização institucional dos paises.

A inclusão não pode consistir, somente, em mudar os resultados, mas, principalmente, em mudar os processos que produzem e reproduzem os resultados que fomentam a exclusão.

As políticas que favorecem a inclusão trazem novidades importantes em relação à maneira pela qual os recursos são distribuídos, as instituições públicas são governadas, e o acesso a novas oportunidades é facilitado. O principal objetivo das políticas de inclusão deve ser o de buscar a igualdade no acesso e nas oportunidades para os excluídos, aumentando sua participação nas estrutura sociais, políticas e institucionais onde as decisões sobre acesso e oportunidades são tomadas. Portanto, não basta criar novos ministérios e desenhar novos programas, é necessário também mudar a maneira pela qual as decisões sociais, econômicas e políticas são tomadas.

As políticas de inclusão precisam ir além das mudanças na proteção dos direitos dos excluídos.

É importante melhorar as leis e os procedimentos legais para proteger e promover os direitos dos grupos excluídos. Mas é importante também que as instituições tenham um papel ativo de melhorar a forma em que funcionam, contratam empregados e fazem cumprir suas leis e regulamentos, eliminando as praticas discriminatórias herdadas de histórias passadas de exclusão.

Outras visões sobre os problemas da exclusão e as políticas de inclusão

Existem muitas controvérsias e diferenças de perspectiva nas questões de exclusão e inclusão social, e o Informe do BID difere de outros em alguns aspectos importantes:

I - Outras fontes de dados não confirmam que a exclusão social, pelo menos em termos de pobreza, esteja se mantendo estagnada ou piorando.

O Panorama Social da América Latina 2007, publicado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina diz que

> En el último cuatrienio (2003-2007) se ha registrado el mayor crecimiento del PIB por habitante desde los años setenta. De acuerdo con estimaciones de la CEPAL, esta tendencia continuará en 2008, lo que completaría cinco años consecutivos con un crecimiento del PIB por habitante superior al 3% anual. De esta manera se ha logrado avanzar en la reducción de la pobreza, ha disminuido el desempleo y en algunos países ha mejorado la distribución del ingreso. Sin embargo, permanecen varios problemas y rezagos respecto de otras regiones. La desigualdad socioeconómica sigue siendo extremadamente alta. El gasto social, que creció ostensiblemente en la década pasada, ha tendido a estabilizarse en relación con el PIB y aún no basta para cubrir las necesidades

sociales. Asimismo, persisten las corrientes migratorias provocadas por los desiguales niveles de desarrollo de las diversas localidades y regiones de los países.

O desenvolvimento econômico que beneficiou os maiores paises do mundo, China e Índia, nos últimos anos, reduziu de maneira muito significativa a pobreza no mundo, embora ela seja ainda muito grande, e existam novos problemas trazidos pelo próprio desenvolvimento. Segundo o Banco Mundial[4]:

> Living standards have risen dramatically over the last decades. The proportion of the developing world's population living in extreme economic poverty -- defined as living on less than $1 per day ($1.08 in 1993 dollars, adjusted to account for differences in purchasing power across countries) -- has fallen from 28 percent in 1990 to 21 percent in 2001.
>
> Substantial improvements in social indicators have accompanied growth in average incomes. Infant mortality rates in low- and middle-income countries have fallen from 86 per 1,000 live births in 1980 to 60 in 2002. Life expectancy in these countries has risen from 60 to 65 between 1980 and 2002.
>
> Adult literacy has also improved, though serious gender disparities remain. Male adult literacy (% ages 15 and over) rose from 78% to 83% in low- and middle-income countries between 1990 and 2002. While female literacy rates rose from 62% to 70%.

II - O estudo do BID apresenta um quadro bastante pessimista sobre a mobilidade social e econômica nos países de América Latina, que outros dados parecem não confirmar.

Esta é uma discussão muito técnica, que depende muito dos conceitos, dos dados e das medidas que se utilizam. Um ponto importante é a diferença entre desigualdade social e pobreza. Quando todos melhoram, mas alguns enriquecem mais rapidamente do que outros, a pobreza diminui, mas a desigualdade social aumenta. Os dados mostram que, ao longo das últimas décadas, no Brasil e em muitos outros paises da região, tem aumentado a escolaridade, e expectativa de vida e as condições de habitação da maioria das populações, mas, por outro lado, a desigualdade social tem se mantido bastante estável, com alguma melhora nos anos mais recentes. O que causa mais exclusão, a pobreza absoluta ou a distribuição da renda? Não há resposta fácil para esta questão, mas não há dúvida de que são coisas diferentes.

III - O estudo do BID concentra suas recomendações nas políticas de "empowerment", palavra inglesa que tem sido adaptada ao português como

[4] http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTPA/0,,contentMDK:20153855~menuPK:435040~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:430367,00.html

"empoderamento", e dá menos ênfase a políticas de capacitação, melhoria das condições de vida nas cidades e criação de empregos.

Estas políticas consistem em dar às pessoas diretamente afetadas pela exclusão maior participação e poder nas decisões e distribuição de recursos que podem ser de seu interesse. A importância desta recomendação é clara, sobretudo dada a longa história de indiferença, das elites econômicas e políticas da região, com a situação de pobreza e exclusão de grande parte da população de seus paises.

No entanto, o documento não apresenta evidências sobre os efeitos destas políticas de inclusão, nem discute seus aspectos problemáticos. Um dos problemas, que afeta grande parte das políticas de ação afirmativa (cotas, critérios raciais e culturais na designação de pessoas para determinadas posições, etc), é que elas acabam muitas vezes sendo capturadas por pequenos grupos que se mobilizam para defender determinados grupos, que mobilizam as vantagens em causa própria, sem realmente beneficiar a população mais necessitada. Um segundo problema é que ele pode levar à deterioração da capacidade de gestão das agências públicas, na medida em que critérios técnicos e de competência na escolha de pessoas e na distribuição de recursos são substituídos por critérios políticos, ideológicos ou étnicos e raciais. Terceiro, estas políticas podem criar polarizações étnicas e raciais que não existiam previamente, sobretudo ao afetar populações e grupos socialmente vulneráveis mas que não se enquadram nas políticas de ação afirmativa, como, no caso do Brasil, estudantes pobres de famílias brancas que ficam prejudicados por políticas de cotas raciais nas universidades.

IV - O estudo do BID trata de alguns temas importantes que afetam a inclusão social, mas dá menos ênfase a políticas que poderiam ter impacto mais direto na capacitação das pessoas para sair das situações de exclusão.

O estudo do BID tem o mérito de analisar em profundidade alguns temas importantes que afetam a inclusão social, como o acesso ao sistema de créditos e a questão do registro civil e documentação da população mais pobre, mas dá menos ênfase a políticas que poderiam ter impacto mais direto na capacitação das pessoas para sair das situações de exclusão, como a educação e as transformações no mercado de trabalho.

Existe forte evidência, e o relatório do BID mostra isto, que os resultados obtidos pelas pessoas através da educação dependem muito das condições sociais e educacionais de seus pais, e neste sentido a educação, em grande parte, reproduz a desigualdade social pré-existente. Mas as novas gerações na América Latina são muito melhor educadas que as anteriores, e é possível melhorar os sistemas

educacionais para que eles reduzam em certa medida o peso das condições sociais nos resultados conseguidos, criando desta forma mais igualdade de oportunidades.

As transformações da economia criadas pelas mudanças tecnológicas e a globalização tem afetado fortemente o mercado de trabalho, tornando obsoletas antigas profissões, aumentando o desemprego de pessoas com menos educação formal e, em alguns casos, destruindo setores econômicos que não conseguem competir internacionalmente. Existem visões diferentes sobre os efeitos de longo prazo destas transformações, e o que se pode fazer a seu respeito. Não parece fazer sentido, para paises em desenvolvimento, fechar suas economias às transformações que ocorrem no mundo, que trazem novas oportunidades e ganhos importantes de produtividade, nem deixar de tomar em consideração seus eventuais efeitos perversos sobre a condição de vida da população.

É importante identificar possíveis espaços para ações públicas em relação ao mercado de trabalho, melhorando os sistemas de informação e intermediação no mercado de trabalho, e sobretudo pela redução da separação que hoje existe entre o trabalho formal e o informal, que pode ser feita pela desoneração das folhas de pagamento das empresas, simplificação dos processos de contratação, e flexibilização dos acordos salariais. A médio e longo prazo, não há dúvida de que a única maneira de reduzir o impacto das mudanças tecnológicas e da globalização sobre o trabalho é aumentando a educação e a capacitação profissional das pessoas.

Evolução dos dados sobre pobreza, desigualdade social, educação e tamanho das famílias no Brasil

A Pesquisa Nacional por Amostras do Domicílios do IBGE permite comparar, ao longo do tempo, a evolução de uma série de indicadores relacionados à pobreza e exclusão social no Brasil. O Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS – disponibiliza na Internet um conjunto de séries históricas elaboradas a partir destes dados que permitem, justamente, fazer estas comparações[5]. Alguns dos principais indicadores estão indicados a seguir.

[5] http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=12

Pobreza e indigência

A linha de pobreza utilizada pelo IETS é também utilizada em estudos do IPEA, e é definida como "o dobro da de indigência ou de extrema pobreza, sendo essa definida como os custos de uma cesta básica alimentar que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. Esse cálculo varia entre as regiões, os estados e as áreas urbana, rural e metropolitana." Esta definição é diferente da que utiliza a CEPAL, assim como outros cálculos de outros pesquisadores, mas estas diferenças não afetam as tendências descritas no quadro abaixo.[6] Os dados mostram uma queda acentuada da pobreza e da indigência por ocasião do Plano Real, em 1995; estagnação no período posterior, até aproximadamente 2003; e novas reduções com a retomada do desenvolvimento econômico a partir de 2004.

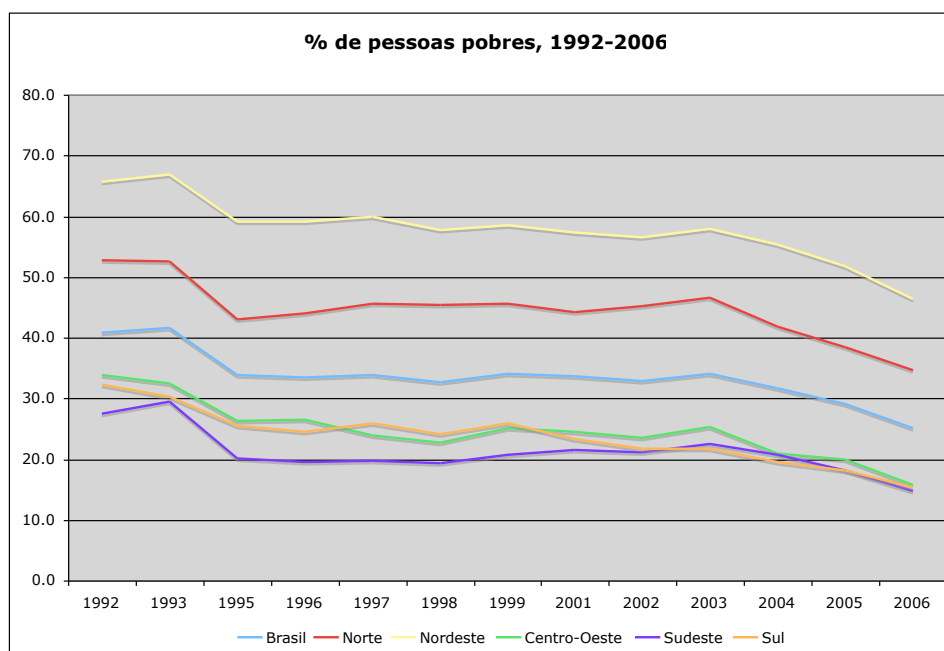
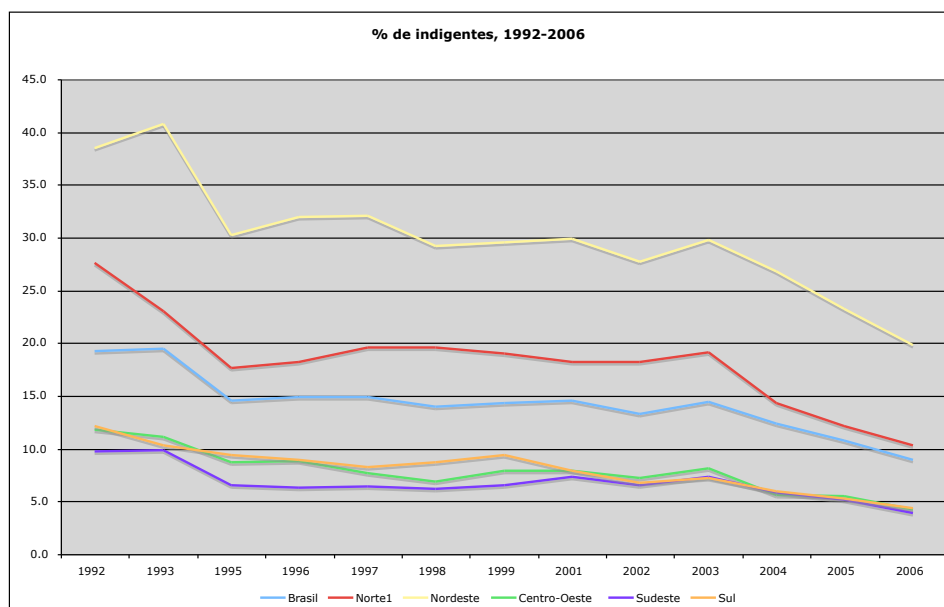
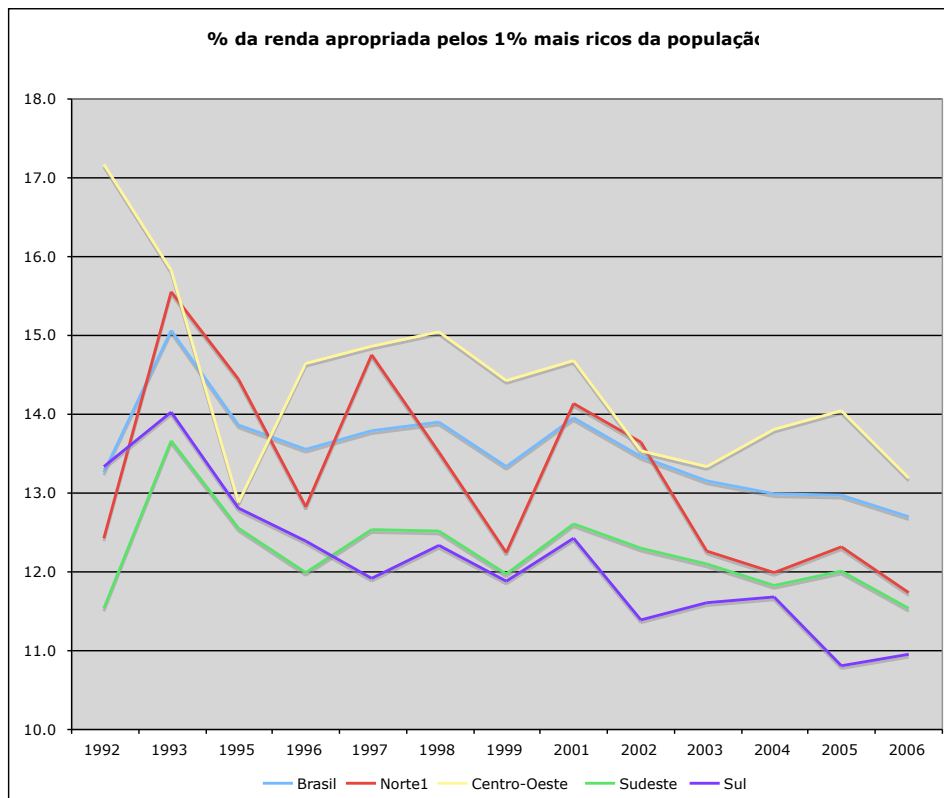
Gráfico 2

[6] Os dados utilizados para a elaboração destes gráficos estão apresentados em anexo.

Gráfico 3

Concentração da Renda

Existem várias medidas possíveis de concentração da renda, algumas baseadas em cálculos estatísticos relativamente complexos, como o índice de Gini. O gráfico abaixo mostra um indicador simples, que é comparação da proporção da renda apropriada pe% mais ricos da população. Esta proporção diminuiu significativamente em 1995, com o Plano Real, que marcou um aumento significativo da renda do mais pobres, e vem se reduzindo gradualmente desde 2001. É importante lembrar que estes dados se referem à renda auferida durante o ano, e não à riqueza acumulada das pessoas, sobre a qual não existem dados disponíveis (o Imposto de Renda tem esta informação).

Gráfico 4

Educação

O analfabetismo extremo, de pessoas que não conseguem ler e escrever o próprio nome, está hoje reduzido, praticamente, a pessoas mais velhas das regiões mais pobres, cujo numero se reduz ano a ano na medida em que as gerações se sucedem. Outra coisa, que estes dados não refletem, é o analfabetismo funcional, de pessoas que conseguem ler minimamente, mas não são capazes de entender o que lêm e de fazer uso da escrita.

O acesso das crianças à escola, que antes era limitado, sobretudo nas regiões mais pobres, hoje é praticamente universal, e as diferenças entre as regiões diminuíram bastante.

Gráfico 5

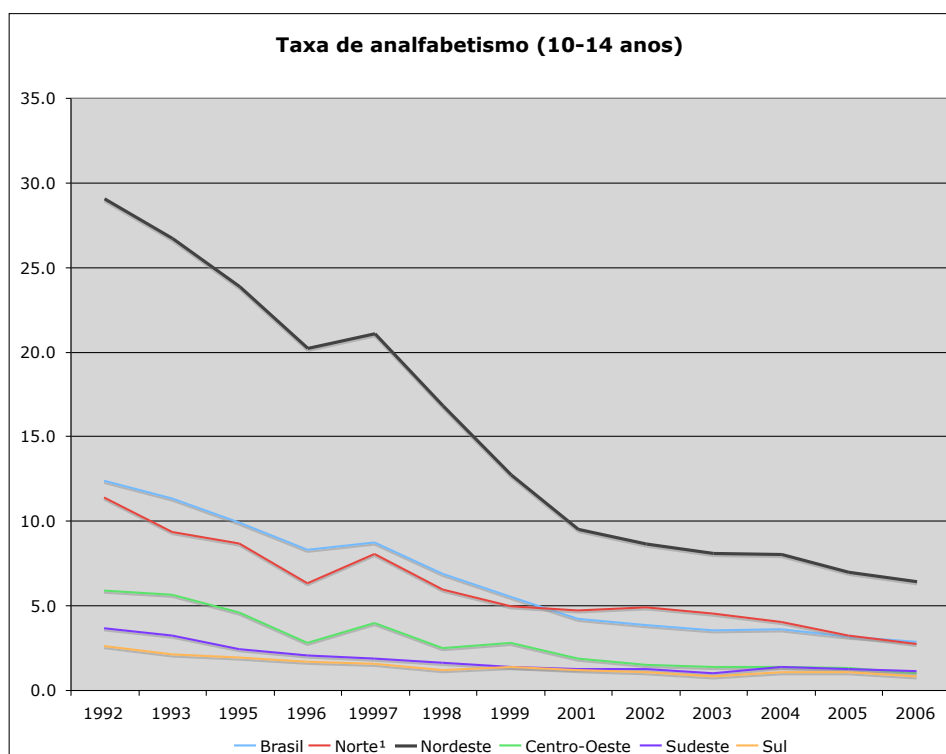
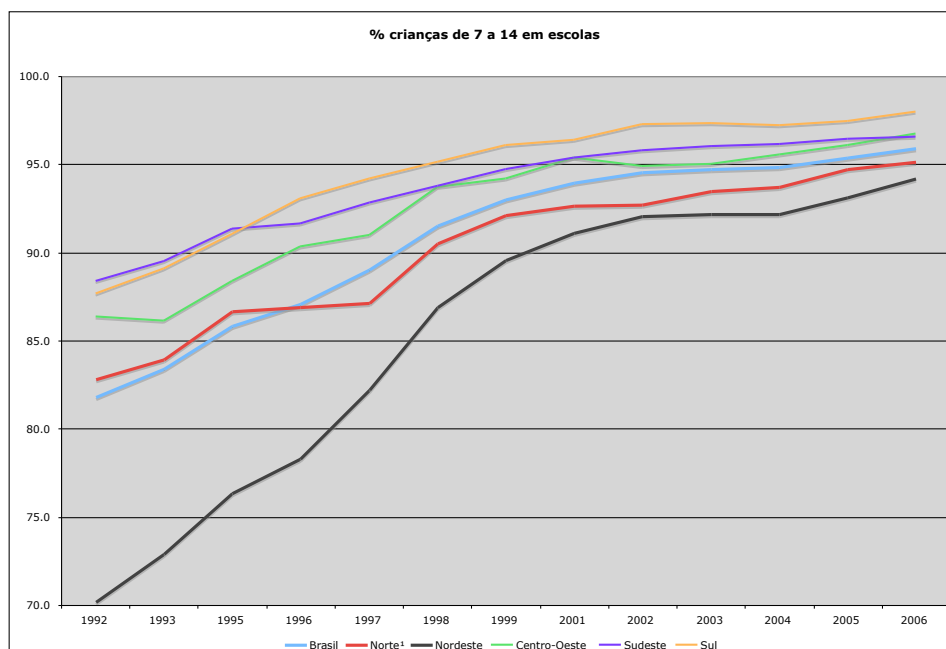
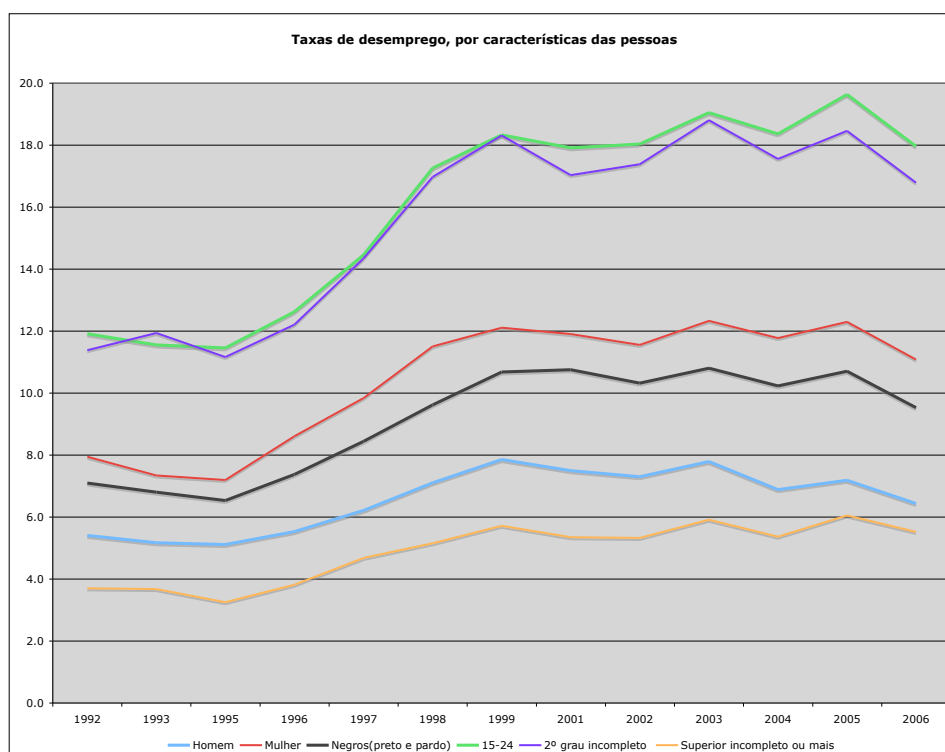
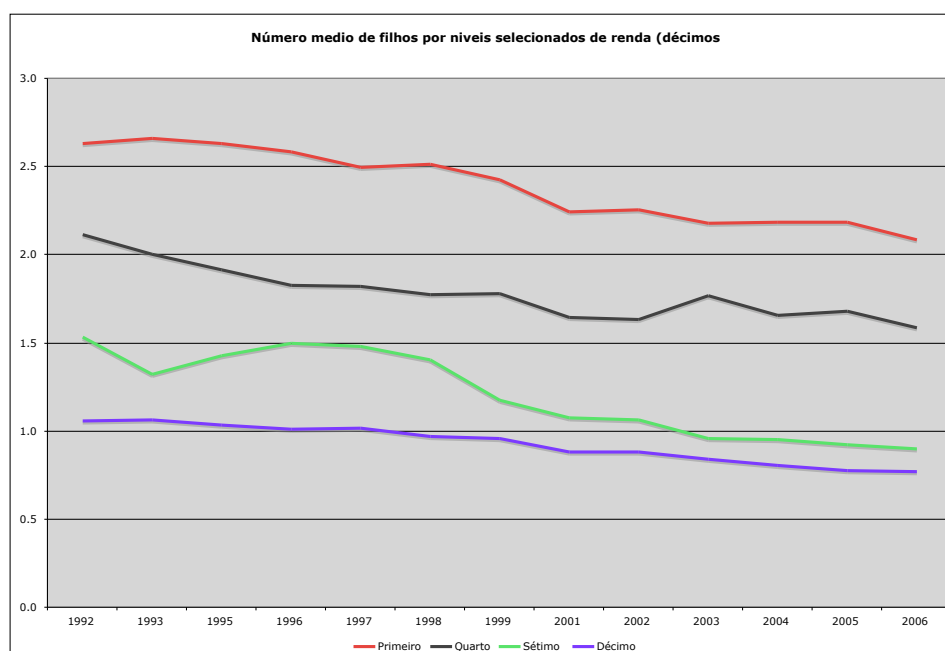



Gráfico 6

Desemprego

O desemprego é medido como a proporção de pessoas que estão ativamente procurando trabalho e não encontram. Assim, em época de pouca atividade econômica, o desemprego pode cair, porque muitas pessoas desistem de procurar trabalho. Os dados de desemprego são susceptíveis também a diferenças de metodologia. No Brasil, são conhecidas as diferenças entre as taxas produzidas pelo IBGE e pela Fundação SEADE em São Paulo. Os dados mostram um aumento importante do desemprego a partir de 1995, uma estabilidade a partir de 1998, e uma pequena tendência de queda de 2005 para 2006. O desemprego afeta sobretudo os jovens e as pessoas que não conseguiram completar a educação de segundo grau.

Gráfico 7

Tamanho das famílias

O Brasil vem passando por uma transformação importante na estrutura familiar de sua população, com a forte redução do número de crianças que nascem, em todos os níveis sociais, assim como pela redução do número de casamentos formais, preferência das mulheres por terem filhos mais velhas, e também aumento de domicílios chefiados por mulheres e de gravidez de adolescentes, sobretudo nas populações e renda mais baixa . O gráfico mostra como, embora o numero de filhos seja diferente conforme o nível de renda, a tendência é a mesma para todos.

Gráfico 8

Percepções das pessoas sobre inclusão social – a pesquisa Ecosocial

A pesquisa Ecosocial foi realizada em 2007 nas regiões urbanas da Argentina, Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Porto Alegre), Chile, Colômbia, Guatemala, México e Peru, por um consórcio de instituições na América Latina[7], e faz parte de uma família de estudos semelhantes que existem na região, dos quais o mais conhecido é o Barômetro Latinoamericano, ou LatinBarometro.[8] Alguns dos resultados da Ecosocial podem ser vistos nos gráficos abaixo.

Posição econômica e mobilidade

Nos vários paises pesquisados, as pessoas não tem tido boa experiência de mobilidade social, mas tem grandes esperanças para o futuro, e para seus filhos. Esta esperança é particularmente forte em relação à educação, e reflete o fato de que, na realidade, o acesso à educação das novas gerações tem sido bem maior do que o das gerações mais velhas.

[7] http://www.ecosocialsurvey.org/inicio/index.php

[8] http://www.cimaiberoamerica.com/index.htm

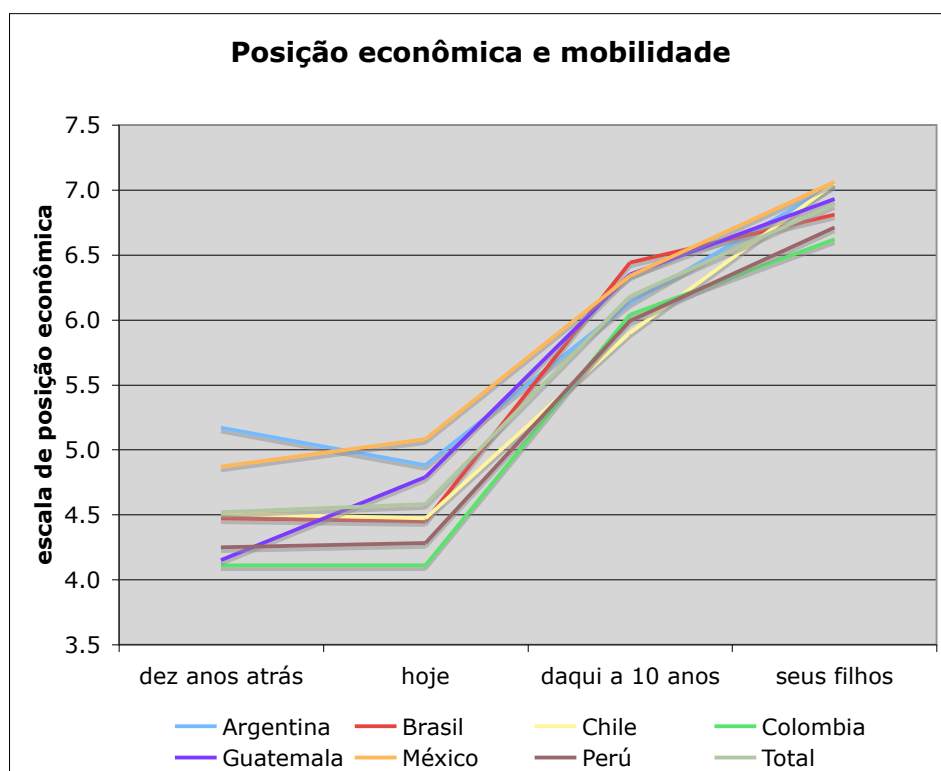
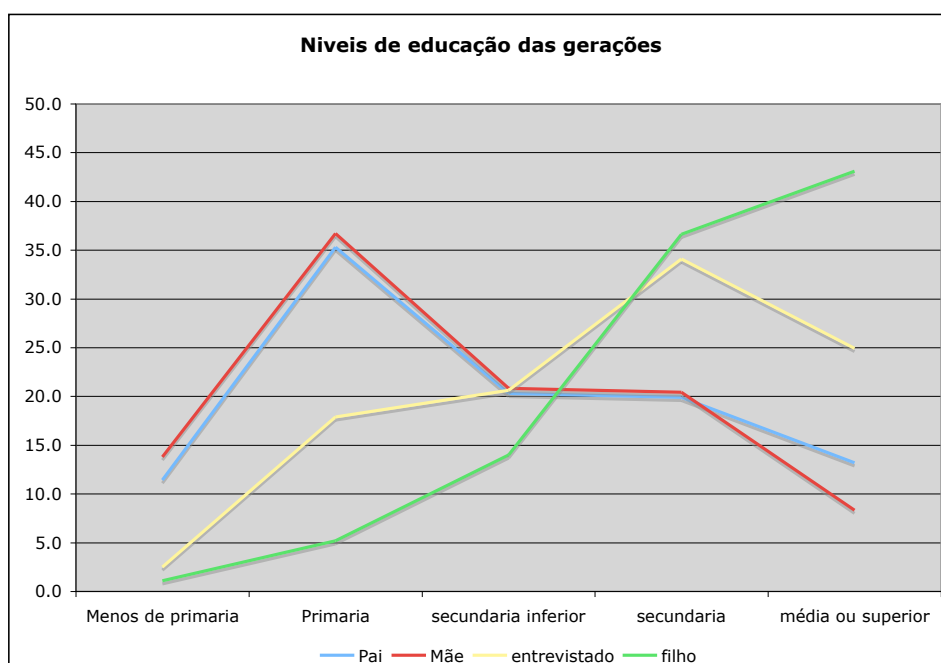
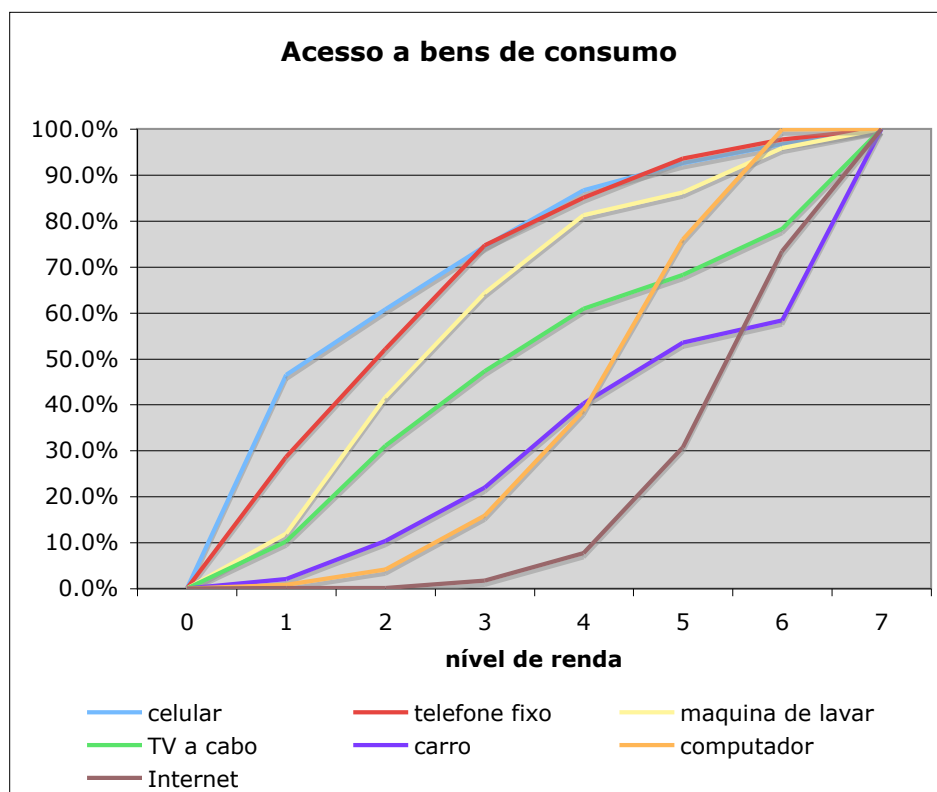



Gráfico 9

Gráfico 10

Acesso a bens de consumo

Os bens de consumo e o acesso aos meios de comunicação (TV, telefones, Internet) estão se tornando cada vez mais acessíveis, mesmo para as pessoas de renda mais baixa. Isto explica, em parte, pelos avanços da tecnologia, que está barateando o acesso a estes bens, e está associado também à transição da população do campo para as cidades, que ocorreu em toda a região.

Gráfico 11

Insegurança

A grande maioria das pessoas se sentem inseguras em suas casas e na rua, o que torna difícil sua participação em atividades sociais, e reforça o seu isolamento, ou o isolamento dentro de suas famílias e círculos fechados de convivência.

Gráfico 12

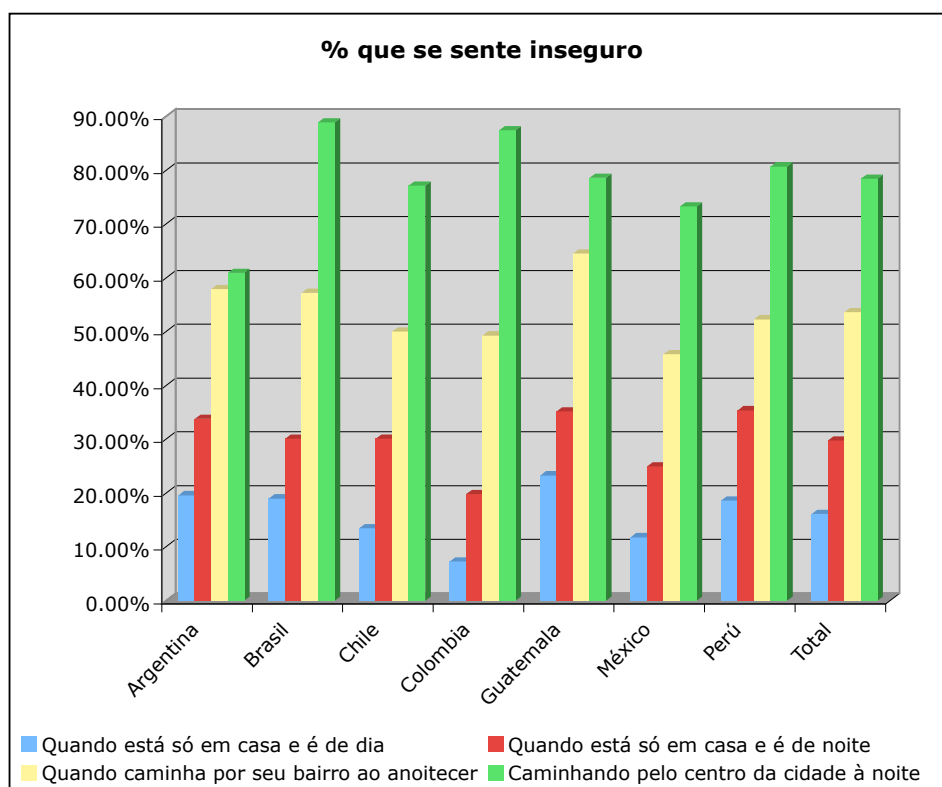
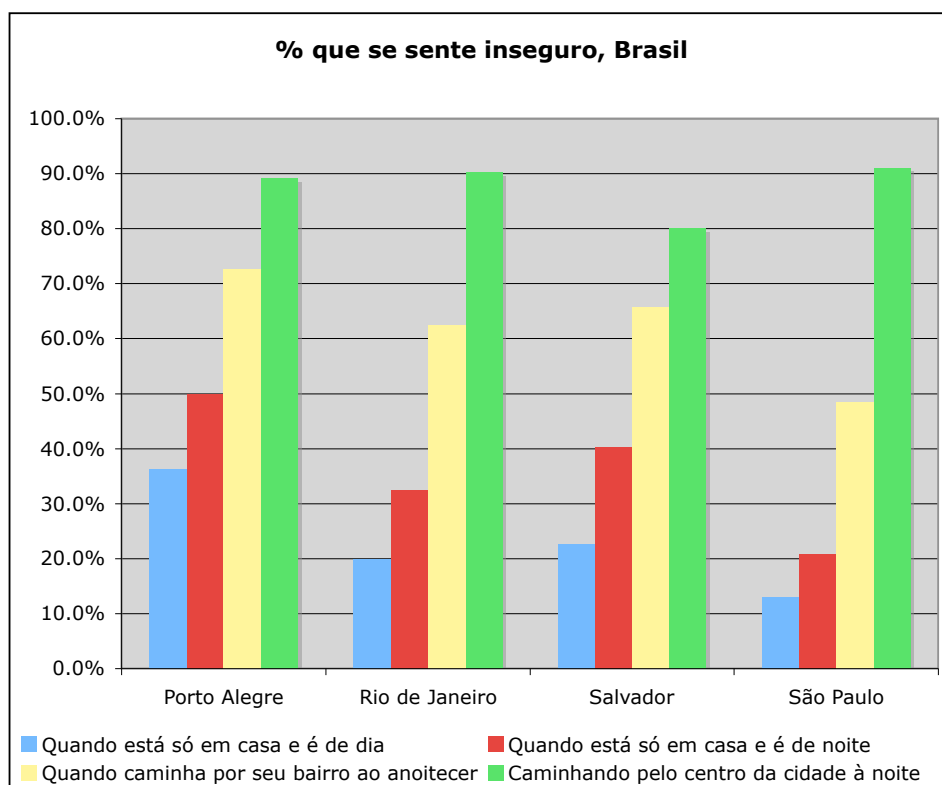



Gráfico 13

Desconfiança em relação às autoridades e às instituições

A maioria das pessoas se sentem distantes e não confiam nas autoridades e nas instituições. A Colômbia mostra um nível relativamente menor de desconfiança em relação à capacidade do governo de intervir em questões, refletindo provavelmente o esforço bem sucedido do governo de reduzia a violência urbana e a guerrilha. Elas confiam mais no executivo, eleito diretamente, do que no legislativo ou no judiciário, e desconfiam profundamente dos partidos políticos. Alem disto, elas não se identificam, na grande maioria, com partidos políticos nem com o governo de seus paises.

Gráfico 14

Gráfico 15

% que confiam pouco no nada nas instituições
90.0%
80.0%
70.0%
60.0%
50.0%
40.0%
30.0%
20.0%
10.0%
0.0%
Argentina
Chile
Colombia
Brasil
Perú
México
Guatemala
No governo
No Congresso
Nos partidos políticos
Nos prefeitos
Nos tribunais de justiça

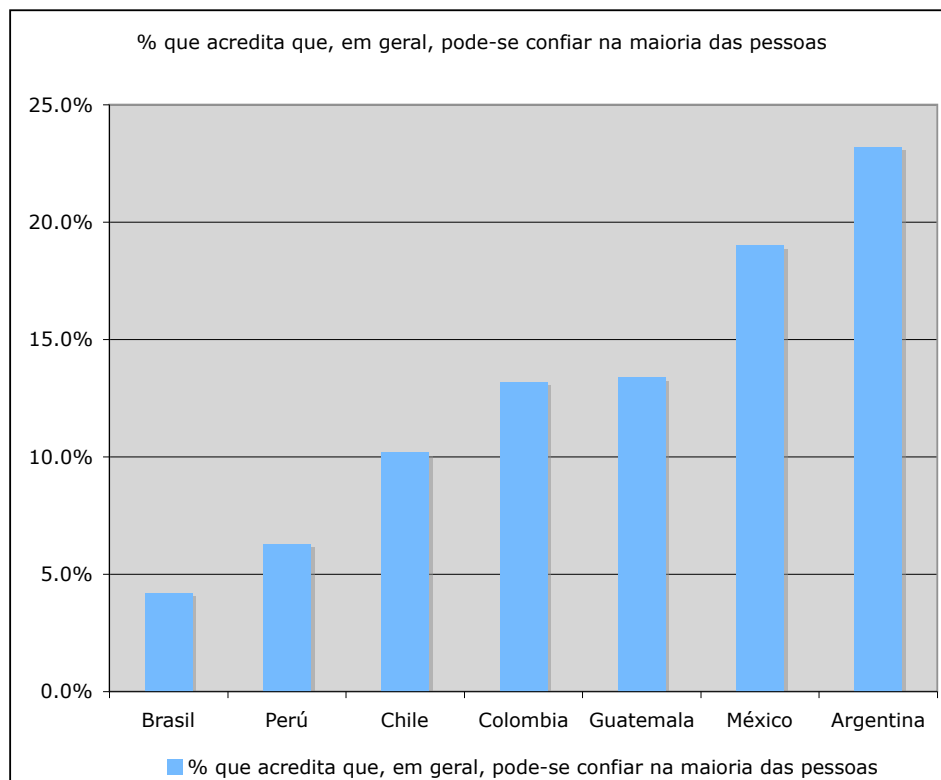
Gráfico 16

Simpatia ou afinidade com os governos
100%
90%
80%
70%
60%
50%
40%
30%
20%
10%
0%
Argentina
Brasil
Chile
Colombia
Guatemala
México
Perú
Muito e bastante
Indiferente
Pouca ou nenuma

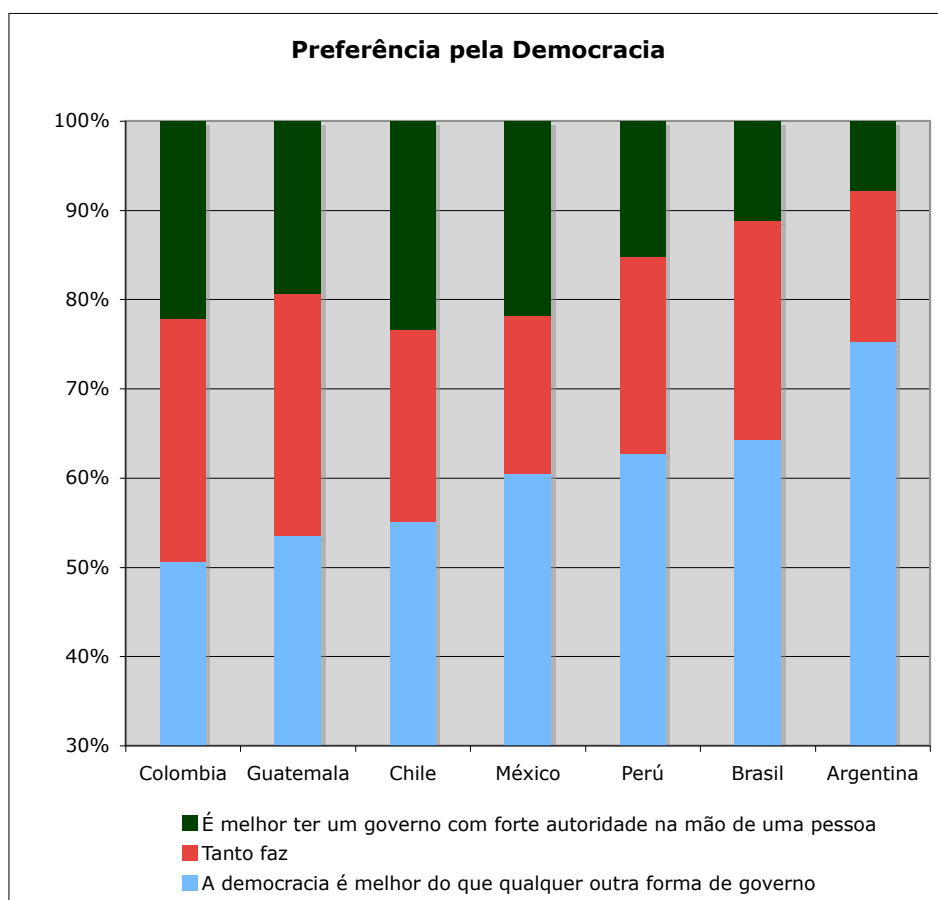
Gráfico 17

Confiança, capital social

A grande maioria das pessoas desconfia dos outros, mais no Brasil do que em outros paises, o que significa que as sociedades tem níveis muito baixos de capital social, o que dificulta a conjugação de esforços e interesses para melhorar o bem comum.

Gráfico 18

Uma democracia fragilizada

As pessoas, em sua maioria, ainda preferem a democracia, mas muitos outros são indiferentes, ou preferem regimes autoritários. Mais seriamente, a crença na democracia parece ser abstrata, genérica, e não estar associada, como se poderia esperar, a uma confiança na qualidade das instituições públicas e nas autoridades eleitas.

Gráfico 19

As explicações

Existe uma idéia muito difundida, no Brasil e na América Latina em geral, de que a situação social da região está piorando, como resultado dos processos de globalização e abertura da economia dos paises a um ambiente internacional mais competitivo. Os dados do Brasil não mostram isto, e os da América Latina tampouco, embora alguns paises e regiões apresentem situações piores do que outros. Existem muitas discussões e polêmicas, entre os especialistas, sobre o que explica estas tendências, e o que pode ser feito para influenciá-las.

Não seria possível entrar nestas discussões aqui, mas é importante notar que, em boa parte, as melhorias que se observam estão associadas a processos de longo prazo de urbanização e crescimento do setor público, que, vem ou mal, tem aumentado o acesso da população aos serviços públicos e aos sistemas de proteção social, e também às mudanças tecnológicas que tem reduzido o custo dos alimentos. A passagem da economia agrícola à economia urbana significa, entre outras coisas, a redução dos pagamentos em espécie e o aumento dos pagamentos em dinheiro, o que se reflete em aumento dos dados de renda da população. Os dados do Brasil,

particularmente, mostram indicadores como expectativa de vida, redução da mortalidade infantil e escolaridade tem melhorado significativamente ao longo de décadas, independentemente das ações de governo e dos ciclos econômicos.

Isto não significa que as ações os governos não importem. As aposentadorias rurais, iniciadas pelos governos militares, tiveram grande impacto na melhoria das condições de vida da população rural. O fim do processo inflacionário, com o Plano Real em 1995, provocou grande melhoria nos níveis de pobreza e desigualdade social no Brasil, que no entanto não continuaram aumentando depois, por causa da sucessão de crises externas e os poucos avanços nas reformas institucionais necessárias. No governo Lula, as transferências do bolsa família e outras formas de benefício, como o crédito rural, tem tido também impacto perceptível na redução da pobreza.

E a grande influência, sem dúvida, tem sido a retomada do crescimento econômico nos últimos anos, estimulada pela demanda externa e apoiada em uma política fiscal e monetária relativamente conservadora. Este crescimento tem permitido o aumento do emprego formal, mas tem tido impacto menor do que se esperaria sobre os níveis de desemprego. Uma razão é que o mercado de trabalho exige, cada vez mais, pessoas com, no mínimo, educação média completa, condição escassa no Brasil. Mas outras razões podem estar associadas às metodologias com as quais o desemprego é medido – que aumenta, como já foi dito, quando a economia se aquece, e a demanda por trabalho aumenta.

Estes indicadores de evolução favorável não podem ser interpretados como que não é mais necessário se preocupar com as questões de exclusão e inclusão social. Na medida em que alguns problemas vão perdendo importância, outros vão crescendo, e de forma difícil de enfrentar – o crescimento da violência urbana, os problemas de alienação e isolamento da população que vai envelhecendo, o surgimento ou ressurgimento de epidemias como a dengue, a má qualidade da educação pública, e a expansão no uso de drogas pelos jovens. Existem outros problemas, de natureza institucional e ética, como a descrença da população nas instituições, a desconfiança generalizada, o crescimento da corrupção política, fragilidade dos valores democráticos, que já se pode em muitos casos medir, mas não se sabe exatamente o que fazer para enfrenta-los. Com toda certeza, a agenda da inclusão ficará conosco pelas próximas décadas, ocupando lugar central na vida pública e privada de todos os cidadãos.

Referências

Banco Interamericano del Desarrollo. 2007. *¿Los de afuera? Patrones cambiantes de exclusión en América Latina y el Caribe*. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo.

CEPAL. 2007. *Panorama Social de América Latina*. Santiago, Chile: CEPAL.

Goyal, S. 2005. "Strong and Weak Links." *Journal of the European Economic Association* 3:608-616.

Granovetter, Mark. 1985. "Economic action and social structure: the problem of embeddedness." *American Journal of Sociology* 91:481-510.

Anexo: dados da PNAD [9]

Porcentagem de pobres	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Linha de pobreza(*)
Brasil	40.8	41.6	33.8	33.4	33.9	32.7	33.9	33.6	32.9	34.1	31.7	29.1	25.2	167
Norte	52.8	52.5	43.0	43.9	45.5	45.3	45.6	44.2	45.2	46.7	41.7	38.4	34.6	175
Nordeste	65.7	66.9	59.1	59.1	60.0	57.6	58.6	57.3	56.5	58.0	55.3	51.7	46.4	168
Centro-Oeste	33.8	32.4	26.3	26.4	23.8	22.7	25.0	24.5	23.5	25.2	21.0	19.9	15.6	144
Sudeste	27.5	29.5	20.1	19.6	19.7	19.3	20.6	21.5	21.0	22.5	20.7	18.2	14.8	167
Sul	32.3	30.3	25.6	24.6	25.8	24.1	25.9	23.2	21.8	21.6	19.5	18.1	15.2	173

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
Obs.: A pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000.
(*) Valores expressos em Reais de 2006, utilizando o INPC para o deflacionamento.

Porcentagem de indigentes	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Linha de indigência
Brasil	19.3	19.5	14.5	14.9	14.8	13.9	14.3	14.5	13.3	14.5	12.3	10.8	8.9	84
Norte[1]	27.6	23.1	17.6	18.3	19.5	19.6	19.0	18.2	18.1	19.1	14.3	12.1	10.4	87
Nordeste	38.5	40.7	30.2	32.0	32.1	29.2	29.6	29.8	27.7	29.8	26.8	23.2	19.8	84
Centro-Oeste	11.8	11.2	8.7	8.9	7.6	6.9	8.0	7.9	7.3	8.1	5.6	5.5	4.2	72
Sudeste	9.7	9.8	6.5	6.3	6.4	6.2	6.5	7.3	6.5	7.3	5.8	5.1	3.9	84
Sul	12.1	10.3	9.4	9.0	8.3	8.7	9.4	7.9	6.7	7.2	6.0	5.3	4.4	87

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
Obs.: A pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000.

Porcentagem da renda apropriada pelos 1% mais ricos da distribuição de renda	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	13.3	15.1	13.9	13.6	13.8	13.9	13.3	13.9	13.5	13.1	13.0	13.0	12.7
Norte[1]	12.4	15.5	14.4	12.8	14.7	13.5	12.2	14.1	13.6	12.3	12.0	12.3	11.7
Centro-Oeste	17.2	15.8	12.9	14.6	14.8	15.0	14.4	14.7	13.5	13.3	13.8	14.0	13.2
Sudeste	11.5	13.7	12.5	12.0	12.5	12.5	12.0	12.6	12.3	12.1	11.8	12.0	11.5
Sul	13.3	14.0	12.8	12.4	11.9	12.3	11.9	12.4	11.4	11.6	11.7	10.8	10.9

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Taxa de analfabetismo infantil (crianças entre 10 e 14 anos)	1992	1993	1995	1996	19997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	12.4	11.3	9.9	8.3	8.7	6.9	5.5	4.2	3.8	3.5	3.6	3.2	2.9
Norte[1]	11.4	9.3	8.7	6.3	8.0	5.9	5.0	4.7	4.9	4.5	4.0	3.2	2.7
Nordeste	29.1	26.7	23.9	20.2	21.1	16.8	12.8	9.5	8.6	8.1	8.0	7.0	6.4
Centro-Oeste	5.9	5.6	4.6	2.8	4.0	2.4	2.8	1.9	1.5	1.3	1.4	1.3	1.0
Sudeste	3.6	3.2	2.4	2.0	1.8	1.6	1.4	1.2	1.2	1.0	1.4	1.2	1.1
Sul	2.6	2.1	1.9	1.7	1.5	1.2	1.3	1.2	1.0	0.8	1.1	1.0	0.8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

[9] - Até 2003, a PNAD só incluida as áreas urbanas da Região Norte. A partir de 2004, as áreas rurais foram incluidas, mas só aprsentamos aqui os dados sem estas regiõe, para manter a comparabilidade. Os dados no site do IETS apresentam as duas estimativas, e informações por Estado e regiões metropolitanas.

Porcentagem de crianças entre 7 e 14 anos que freqüentam a escola													
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	81.8	83.4	85.9	87.1	89.0	91.5	93.0	93.9	94.5	94.7	94.8	95.4	95.9
Norte[1]	82.8	83.9	86.6	86.9	87.1	90.5	92.1	92.7	92.7	93.5	93.7	94.8	95.1
Nordeste	70.2	72.9	76.4	78.3	82.2	86.9	89.6	91.1	92.1	92.1	92.2	93.1	94.2
Centro-Oeste	86.3	86.1	88.4	90.4	91.0	93.7	94.2	95.4	94.9	95.0	95.5	96.1	96.7
Sudeste	88.4	89.5	91.3	91.7	92.8	93.8	94.7	95.4	95.8	96.0	96.1	96.5	96.6
Sul	87.6	89.1	91.0	93.1	94.2	95.1	96.1	96.4	97.3	97.3	97.2	97.4	98.0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Número médio de filhos em cada família por décimo da distribuição no Brasil													
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Primeiro	2.6	2.7	2.6	2.6	2.5	2.5	2.4	2.2	2.3	2.2	2.2	2.2	2.1
Quarto	2.1	2.0	1.9	1.8	1.8	1.8	1.8	1.6	1.6	1.8	1.7	1.7	1.6
Sétimo	1.5	1.3	1.4	1.5	1.5	1.4	1.2	1.1	1.1	1.0	0.9	0.9	0.9
Décimo	1.1	1.1	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	0.9	0.9	0.8	0.8	0.8	0.8